
PELAS DOBRAS DA LEITURA E DA ESCRITA: CRIANÇA, ALFABETIZAÇÃO E A DECOLONIZAÇÃO DO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE¹

Alexsandro Rodrigues²
Leonardo Lemos de Souza³

Resumo: O presente texto se propõe a tomar o ato de ler e escrever, especialmente protagonizado pelas crianças, como potência de inventar mundos que sejam mais afeitos às estranhezas e estranhamentos, desde perspectivas epistêmicas dissidentes das normas de gênero e sexualidade. A partir de imagens e cenas coletadas de registros de memórias coletivas sobre práticas de alfabetização e da literatura, deslocam-se as inscrições nos códigos da norma do ato de ler e escrever da alfabetização, em que a linguagem escrita e a leitura são enquadradas em modos de ser e existir, para perspectivas decoloniais dos saberes e do corpo no qual o cu é o dispositivo que convida à expansão das práticas de leituras de mundo. Por fim, sugere-se pensar a educação como espaço de invenção de mundos e de possibilidades de existir em que a alfabetização supere as práticas normalizadoras e se faça em currículos antropofágicos desde políticas anais.

Palavras-chave: Alfabetização. Crianças. Gênero. Sexualidade. Corpo.

Estranhar é preciso: por outros modos de ler e escrever no estranhamento

Este texto trata do ato de ler e escrever nas e com as dissidências. Não de qualquer modo de se dar a ler e escrever. Mas, de um modo afeito ao acontecimento e seus deslocamentos. Com um pouquinho de sorte, tateando memórias ficcionadas, iremos nos deparar com práticas docentes alfabetizadoras (com)prometidas com o ensinar a ler e escrever de um certo modo e lugar. Sabemos que muitas são as possibilidades para o ensinar a ler e escrever, muitos são os caminhos que podem ser percorridos nas práticas de leitura e escrita e isso inclui a norma.

Dizer isso é afirmar, desde aqui, que algumas vidas em dissidências com a norma e com as políticas da infância se fazem no mundo estranhando os processos de alfabetização que qualificam

¹ Este artigo é um reencontro dos autores com o ensaio “Por uma política de leitura aberta de mundos: o buraco negro e o fim do mundo como possibilidade de nascimentos crianceiros”, publicado no Dossiê Governo das diferenças e as cartografias do ingovernável na educação. Revista Educação e Filosofia: 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/51976>

² Docente da Universidade Federal do Espírito Santo – Professor de Currículo e formação docente no Centro de Educação. Docente Permanente no Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Sexualidade da UFES. E-mail: xela_alex@bol.com.br

³ Docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Professor de Infâncias e Juventudes no Departamento de Psicologia Social da Faculdade de Ciências e Letras – Campus Assis. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Assis) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (Marília). Membro do Grupo Psicologias, Culturas e Coletivos Queer. E-mail: leonardo.lemos@unesp.br

narrativas que não as cabem. Não caber nas narrativas oficiais das práticas alfabetizadoras hegemônicas que se fazem conhecidas pela macropolítica da educação não significa não aparecer na escola e nos processos de subjetivação!

As dissidências, nessas práticas, por não caberem, aparecem e ganham vida com as crianças, que, sem saber, língua solta no mundo, fazem a norma de gênero e sexualidade tremer. Pelas bocas das crianças, ou, como dizem por aí, falando pelo cu, as dissidências em gênero e sexualidade vazam na escola e, por algum tempo, no tempo da presença, afetam a escola. Essas vidas, aparecendo na escola, sem pedir licença, em práticas de alfabetização, alfabetizando na língua do outro, aprendendo a ler e escrever com a língua do outro, hibridizando, aprendem, na astúcia do existir, a fazer outros usos com os códigos/histórias/narrativas que insistem em nos contar.

Por sermos essas crianças, aprendemos desde cedo, nas ausências, estranhando o que nos dão a ler, e como nos leem, a fazer aparecerem as rasuras do que buscam esconder. Vazamos por dentro e pelos meios das insossas narrativas que nos tomam por iguais. A escola, a alfabetização, as práticas de leitura e de escrita não são somente o que pensamos que são. Os sujeitos, com elas relacionando, negociam e resistem. Os sujeitos envolvidos nessas práticas, estranhando o que tomamos por familiar e o mais do mesmo, em que “meninas vestem rosa e meninos vestem azul”, fazem aparecer o que já estava lá. Nós com os outros. Esses aparecimentos são da ordem do planejado. Sabemos nos valer do senso de ocasião, das brechas, dos vacilos e das oportunidades.

Vivendo grande parte de nossas vidas nas escolas, na condição de estudantes e professoras, (des)arranjamos a pedagogia que nos desejam ausências.

No acidente, no (re)pique de quem quica e repica, nos tornamos afrontosas.

Sabemos, com vozes que vêm de longe e que ecoam em nossos ouvidos e marcam nossos corpos, que no que nos dão a ler e escrever também se busca esconder as marcas das opressões e violências que nos querem iguais. De vez em quando, fazem questão de nos dizer que a escola foi sempre assim. Sabemos que não! A depender, gastamos horas para contar uma outra história da escola e de suas práticas. A escola do foi sempre assim é só mais uma versão de uma narrativa que se reitera cotidianamente como forma de garantir privilégios.

Em práticas de alfabetização, de leitura e escrita que recusam a diversidade como respiro, intencionando fabricar o mais do mesmo, colocam em circulação a mentira como currículo de que “meninos não choram” e que meninas deveriam sonhar com a chegada do príncipe encantado. Recusamos.

Desse lugar que recusa do mais do mesmo, ascendem memórias e práticas de professoras desde muito. Desse lugar que se faz professora, lembramos de uma criança em processo de alfabetização lendo uma imagem-palavra de um jogo de encaixe, tipo dominó, confeccionado com as boas intenções da docência e de quem ensina a ler e escrever na escola.

O jogo em questão buscava contemplar, através da brincadeira e do uso da memória, nome de coisas que nos faziam pensar o carnaval e o que a televisão nos faz saber sobre a performance pública de uma escola de samba, principalmente das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. O jogo e a brincadeira pedagógica, buscando alfabetizar na normalidade da escola, propunham oferecer às crianças uma aprendizagem lúdica, tomando o alfabeto e o carnaval/escola de samba por referência.

A professora que compõe essa memória e cena poderia ser qualquer uma⁴ de nós.

De um lugar que planeja a ação que objetiva ensinar alguma coisa, e nisso inclui a coerência gênero e sexualidade, a professora buscou escolher o que ela considerava serem as melhores palavras e imagens para significar o que entendemos por carnaval e escola de samba. Ela acreditava que tinha domínio de tudo dentro da sala de aula e da ação pedagógica. Para ela, aquela atividade que busca ensinar alguma coisa contribuiria para garantir, de forma prazerosa, a alfabetização de sua turma.

Naquele jogo, palavras como apito, brilho, cuíca, tambor, bateria, fantasias, passistas, mestre sala, porta bandeira, rainha de bateria entre tantas outras do universo de uma escola de samba compunham o jogo, a brincadeira, a ação pedagógica. A professora seguia empolgada com a criança e seus saberes sobre o alfabeto, sobre o carnaval e escola de samba, sobre a leitura e escrita. Empolgada com o que se passava naquela tarde, dispara em perguntas. O que é isso, Zezinho? Zezinho respondia. Como se escreve, Zezinho? Zezinho, do seu jeito, escrevia. A professora era só sorriso, alegria e hipóteses. Até que a professora chegou na Letra R onde, na ficha, comparecia uma famosa Rainha de bateria e, abaixo da imagem, estava escrito Madrinha de bateria. A professora, do lugar de onde não se sabe, porque não se controla a resposta do outro e o que pode o outro em sua alteridade, pergunta: O que se pode ler aqui, Zezinho? Leia para a Tia. Zezinho, correndo o dedinho nas palavras “Rainha de bateria”, em voz alta, lê “Tra-ves-ti”, “Travesti”, professora. A professora intervém. Não Zezinho, não é travesti. É Rainha de Bateria. Zezinho, sabendo que deixaria a professora triste, responde na língua do ‘e’. Sim, professora, é rainha de bateria que é travesti. Ela é Travesti. Todo mundo lá da rua sabe que ela é rainha da bateria e travesti.

Zezinho, lendo aquela ficha a partir de seu mundo, tenta ensinar a professora que uma coisa não excluía a outra. Um tanto de ‘e’ cabia naquela imagem e no mundo de Zezinho.

Polifonia e polissemia compunham aquela aula que a professora não sabia.

Bastava Zezinho dizer, desculpa, professora, errei.

Mas Zezinho sabia que não estava errado.

Por isso segue a atividade com a professora na espera do bom momento.

⁴ Utilizamos o artigo feminino pela representação da categoria docente ser eminentemente de mulheres em suas pluralidades.

Temendo a travesti que comparecia na aula com a criança, a professora, temerosa com os discursos e práticas políticas que perseguem professoras em função dos conteúdos de suas aulas, logo buscou outra ficha que mostrava confetes e serpentinas.

A travesti como rainha de bateria estava lá, ficou lá na dissidência da criança.

A travesti passou a existir na professora e nas crianças naquela aula.

Ensinar a ler e escrever esta palavra de modos afetivos também seria tarefa da escola e da alfabetização.

No fim da aula, quando tudo parecia ter acabado e a professora estava aliviada que a travesti não sambou pela escola no recreio, eis que reaparece a travesti e a rainha da bateria com a chegada da mãe da criança.

E de longe, de onde a vista alcança e o grito chega, Zezinho se faz boca do mundo e grita: Mãaaaaae, a Alexia lá da rua não é Madrinha de Bateria e Travesti?

A mãe, sem nada entender, de longe responde, sim meu filho, é sim.

Com um belo sorriso no rosto, Zezinho, pelo meio, virado na língua do e...e...e, diz: Viu, professora, a Alexia é sim, rainha da bateria e travesti.

Com o grito de Zezinho, na escola, para todo mundo ver, o Rei ficou nu!

1 Pelo cu, respirando se alfabetiza em outras línguas e decoloniza os corpos

Atentas aos sinais que as práticas docentes e curriculares nos oferecem, temos aprendido que, através das políticas de narração, é possível, em práticas reiteradas, prescrever, inventar, fabricar, valorar, desqualificar, silenciar e apagar formas de subjetividades acriançadas que não correspondem ao projeto político do sistema sexo-gênero que qualifica vidas cisheterocentradas como a única forma legítima de existir.

Em nossas andanças como professoras e como professoras que (de)formam outras professoras, conhecemos histórias e narrativas que nos desejam cus interditados.

Essas histórias de cus interditados, reinventadas cotidianamente, não param de ser reiteradas nas práticas de leituras, escritas e nos processos de alfabetização que nos querem de um único jeito, às vezes, até sem jeito.

Os praticantes das dissidências, tomando seus corpos, gêneros e sexualidades por território de leitura, escritura e rasuras, com seus cus expostos na perversidade da norma, alfabetizando-se no fio da navalha e na arte de se manter em vida, fazendo rasuras em si e no outro, sustentam, na coragem acriançada do aparecer no indo adiante, as condições brincantes de existir como respiro.

Precisam respirar. Se interditam, a vida sucumbe.

Temos cu e, com ele, convocamos políticas de alianças de releituras e reescritas sobre nós e sobre o que de nós quiseram narrar e discursar.

O cu, terras proibidas, zona de perigo, entre-lugar destinado à selvageria para os que correm risco, igualando por baixo, pelas beiradas, nos convoca, na justa medida que espalhamos merda na norma, ao devir anal do mundo.

O devir anal do mundo como queremos desejar nos iguala fora da norma binária do gênero e da sexualidade. Por essa via, o cu, corpo da multidão dos que ocupam a periferia da vida, tendo olhos de ver outros mundos, ouvidos de escutar outros desejos, vira uma bocarra escancarada que engole a nós todos e a tudo. Zezinho, por alguns segundos na escola, viveu a experiência da bocarra do mundo.

Cu exposto.

E, na merda, espalhando merda, atentos a um outro registro, Zezinho, assim como nós, aprendeu a ler e escrever desde criança com outros sentidos a existência de uma vida travesti.

A palavra travesti e uma vida travesti comportam mundos e significados muito além da rainha de bateria!

As palavras (travesti e cu) e seus significados podem ser forças de extrema importância nas operações de decolonização do corpo, do gênero e da sexualidade.

Rindo, porque ainda não interditas, as crianças dão pistas de que não devemos ter pudores nas práticas de alfabetização.

Cu e travesti são forças que também alfabetizam.

Com Guy Hocquenghem (1980, p.43), aprendemos que “o buraco de nosso cu não é nem vergonhoso nem pessoal, é público e revolucionário.”

Demolindo, deslocando com Hocquenghem, no que ele nos ensina sobre o orgulho do cu e sua força política revolucionária, gostamos, com Paul B. Preciado, de pensar o cu como território comum a ser decolonizado e desprivatizado das políticas identitárias que nos pregueiam pelo centro de uma certa racionalidade.

Preciado (2014, p. 31), recorrendo a Gilles Deleuze e a Felix Guattari⁵, diz que o cu foi “o primeiro de todos os órgãos a ser privatizado, colocado fora do campo social”. Despreguar a arquitetura do corpo, decolonizando o cu, não é só dizer não às políticas identitárias, mas também se colocar e fazer problema por dentro das políticas identitárias!

Não podemos esquecer, muito menos negligenciar, que a alfabetização, os modos de ler e escrever historicamente, está e esteve a serviço da colonização e na produção de vidas que importam. E nós, professoras comprometidas com vidas que não nos pertencem, não podemos

⁵ Gilles Deleuze e Felix Guattari, em **O anti-édipo**. Trad. Brasileira de Luiz Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010, p. 189.

perder de vista que a alfabetização é uma ação política. E, por ser política, tememos os usos revolucionários que podem ser feitos do cu e da travesti. Tememos a educação e o trabalho de professoras comprometidas com a transformação social e cognitiva. A transformação social passa pelo corpo, pelo gênero e sexualidade. Com lápis e papel, fazemos revolução. Os que não abrem mão de seus privilégios, garantidos pelos modos tradicionais de alfabetizar, sabem disso.

Paul Preciado (2016, p.32), a este respeito, vai nos dizer que “os trabalhadores do ânus são os novos proletariados de uma possível revolução contrassexual”. Se todos nós, trabalhadores da educação, temos cu e com ele devoramos mundos, ousamos, com Preciado (2016), dizer que a revolução nas práticas educativas será pelo/com e no cu.

E por que o cu como potência aqui é convocado?

Pode o cu tornar-se uma ferramenta política de disputas de narrativas sobre nós e nossos processos de subjetivação?

De forma apressada, atrevemo-nos a dizer que é pelo cu, e com ele, que as práticas subversivas das identidades de gênero e sexualidade se fazem entrar em curto-circuito.

O cu pode ser muita coisa.

Lugar de merda, de mandar à merda, de entrada, de saída, de prazer e de gozo. E por que não?

O cu é um lugar antropofágico. É palimpsesto, é território, é texto, pretexto e é também ação revolucionária. Por ele, somos alfabetizados, catequisados, normalizados e colonizados. Mas também é com ele que fazemos outras coisas. Lemos de outros modos e escrevemos com outros sentidos. Com o cu, o cérebro é profanado. O cu é força do e..., e..., e. O cu é rainha de bateria, é travesti, é professora, é Zezinho e é também a mãe de Zezinho.

Quando todos juntos, proletariados da beira do mundo, descobrirmos a força de nossos cus, a norma, com suas práticas alfabetizadoras tradicionais, com seu apego a uma forma de identidade sagrada, não terá mais um minuto de sossego. Sabem eles que, pelos nossos cus, espalhamos merda. Na merda, não podemos esquecer que estabelecemos alianças e fazemos políticas anais.

Javier Saez e Sejo Carrascosa (2016), fazendo uma potente reflexão das políticas anais e das relações de poder que incidem sobre gênero, sexualidade, raça, classe, sexualidades e território, não nos deixam esquecer que a força política da “utilidade do ânus está em abrir-se e não em fechar” (SAEZ; CARRASCOSA, 2016, p. 47). Fechar um ânus/cu é matar a vida. O ânus aberto, espalhando merda na norma, nos permite, com ele, falar, sorrir e respirar!

Esses autores das dissidências, em suas apostas nas políticas anais como possibilidade de produção de mundos, dizem-nos que o ânus “é um lugar estranhamente vazio das marcas de gênero. O binarismo sexual e o mito da cópula heterossexual-reprodutiva não podem operar nesse lugar do anal, que desafia sua lógica e os coloca em dúvida” (SAEZ; CARRASCOSA, 2016, p. 31).

Zezinho, sorrindo, cu exposto, grita para toda escola também saber.

Para ele, não bastava que o saber do cu, da rainha da bateria travesti e/ou da travesti rainha da bateria, terminasse naquele encontro com sua professora. Ficar por ali parecia pouco para Zezinho. Todos/as na escola que tiveram ouvidos de ouvir os gritos de Zezinho se tornaram cu expostos.

Paul Preciado (2014), entrando nesta conversa anal, porque o cu é versado em muitas línguas, oferece-nos três argumentos que nos ajudam a fazer problema a gênero e sexualidade, e diz:

Um: ânus é o centro erógeno universal situado além dos limites anatômicos impostos pela diferença sexual, onde os papéis e os registros aparecem como universalmente reversíveis (quem não tem um ânus?). Dois: o ânus é uma zona primordial de passividade, de um centro produtor de excitação e de prazer que não figura na lista de pontos prescritos como orgásticos. Três: o ânus constitui um espaço de trabalho tecnológico; é uma fábrica de reelaboração do corpo contrassexual pós-humano. O trabalho do ânus não é destinado à reprodução nem está baseado numa relação romântica. Ele gera benefícios que não podem ser medidos dentro de uma economia heterocentrada. Pelo ânus, o sistema tradicional da representação sexo/gênero vai à merda (PRECIADO, 2014, p. 32)

Com Preciado, também ousamos dizer que a alfabetização tradicional, que insiste na manutenção de uma forma de poder, também vai à merda. Como gostamos de fazer merda e mandar à merda os privilégios das narrativas heterocentradas com seus limites para pensar gênero e sexualidade fora do centro, nas dissidências, nas bordas do fim do mundo, nos perguntamos: é possível pensar afetos, outras epistemologias nas encruzilhadas do gênero e da sexualidade que nos ajudem, alfabetizando, ir à merda, fazer merda e também convocar à merda?

Por estarmos todos nós, proletariados do cu, unidas pelo devir anal do mundo e na merda, preocupadas com as ausências de subjetividades e identidades que nos importam e que pelo ânus são interditas, exterminadas e silenciadas, é que nos fazemos desaforadas com a produção do conhecimento e com a ideia de ciência hegemônica que busca apagar, sem sucesso, as rasuras dos palimpsestos que nos constituem sujeitos com o cu na testa!

Com nossos cus nas testas, nos pedem, com olhares de espanto e de curiosidade, para que falemos mais sobre isso. Mas, por favor, falem a nossa língua, falem a partir das verdades que produzimos nesse tempo afeito à norma! Falem conosco com as ferramentas que inventamos para alfabetizar vocês. Falem conosco usando de nosso repertório. Por favor, tenham paciência com a gente.

Saez e Corrascosa, atentos aos apelos dos discursos benevolentes dos que buscam nos interditar desde o cu, com Paco Vidarte, pensando uma ética bicha desde as políticas anais, fazem crítica aos discursos de verdade da modernidade quando nos dizem que

a ciência, a antropologia, a medicina, a psicanálise, a sociologia, a imprensa, todos querem saber dxs bichas, dxs sapatões, dxs trans, das minorias sexuais. Pedem-nos que falemos; que confessemos; que negociemos; que expliquemos; que digamos como somos e o que queremos. A ética anal de Paco vai negar tudo isso. Acabou-se o diálogo e o informe. Porque as condições deste saber vêm manipuladas de

antemão, porque as condições do diálogo são manipuláveis, partem de um desequilíbrio de poder, de quem tem o poder para escrever sobre as nossas vidas, coisificar-nos, classificar-nos, documentar-nos, converter-nos em objeto. Esse contexto homofóbico e machista já está prescrito de antemão, por isso não temos que cair no jogo: não responder, não pedir nada, não dizer nada. Somente ser um buraco negro (SÁES; CORRASCOSA, 2016, p. 77).

E, com Paco Vidarte, ampliamos seus sentidos e, com ele, dizemos que os discursos de verdade criaram e criam condições de saber que não se sustentam no fim do mundo. Não temos salvo conduto com os discursos que também inventamos.

Como ervas daninhas, porque exercitamos uma ética anal, abrimos buracos no fim do mundo com o que nos resta... nossos cus; e de nossos cus a vida que nos interessa, na merda, devora e zomba deste suposto saber.

Sabemos nós, proletariados do cu, de uma coisa: temos muito a te ensinar!

Queres aprender outras coisas?

Queres conosco espalhar merda no mundo?

Queres conosco, pelo cu, no fim do mundo, criar lógicas anais e sustentar com o corpo alianças éticas afeitas a (des)aprendizagens e decolonização?

Temos aprendidos com nossos cus expostos, com as calças arriadas até o chão, que um devir anal do mundo, desprezando o corpo, acontece pela via de uma existência/ética bicha.

Uma ética bicha deverá decididamente ser anal: uma Analética [p.30]. (...) O que o poder entende ser o cu de uma bixa não é o mesmo que uma bixa entende que é seu cu. Para o poder somos paus no cu, cus sem eu, sem possibilidade, necessidade ou atitude para ter iniciativas política. Cus para dar, cus para tomar. Cus que reclamam serviços públicos para não se cagarem pelas calçadas: está bem, vamos dar isso, não queremos que encham tudo de merda. Cus despolitizados. [p.34] (...) Me fascina pensar em um movimento LGBTQ que viesse colocar em prática uma política de buraco negro: absorver tudo, apoderar-se de tudo: sugar tudo sem dar nada em troca. Sobretudo, não dar nada de nós mesmas, não deixar que escape para fora sequer uma parte mínima de nossos eflúvios essenciais. Não dar nada ao sistema e roubar-lhe tudo o que cair nas proximidades do nosso buraco negro (VIDARTE, 2019, p. 88).

Temos um problema no que diz de nossas práticas de leituras nas escolas!

Na escola, aprendemos a ler com o cérebro. A leitura na escola é cerebral. Fecham tudo o que podem: boca, ouvidos, olhos, poros e cus.

A boa leitura da escola é a que se dá a ler em silêncio.

Será que as bixas das escolas, proletariados do cu, professoras e professores, estudantes e trabalhadores da educação, podem aprender e também ensinar a ler com o cu?

Pode o cu ler e se dar a ler com prazer?

Parece-nos que sim! Giro de saberes e decolonização de buracos!

Se o cérebro produziu merdas em nossas vidas através de nossos olhos e de nossas línguas controladas pelas tecnologias de gênero e sexualidade, queremos jogar merda nos ventiladores do cisheteropatriarcado. Queremos nos colocar em exercícios de leitura com todo o corpo. A leitura com o cu nos permitiria uma leitura mais franca, mais carnal e mais fresca! E de frescuras, as crianças em dissidências, palimpsestos, rasuras, cus abertos na coragem de uma vida pública que não se pode privatizar, feitas de leituras e escrituras forjadas na experiência, que não se conformam com as histórias da heterossexualidade compulsória, podem, se com elas queremos sermos alfabetizados, muito ensinar!

Preciado (2018, p.78, 79), pensando a privatização do ânus, nos diz que “o ocidente é desenhado como um tubo com dois orifícios: uma boca emissora de sinais públicos e um ânus impenetrável ao redor do qual gira a subjetividade masculina heterossexual que adquire status de corpo socialmente privilegiado”.

Localizados nas fronteiras, bichinhas, vidas entre o humano e animal, abjetos e na merda, cu na testa, leitores e escritores de histórias que nos alfabetizam pelo corpo, aprendemos, através dos olhos de nossos cus, a enxergar a uma certa distância quem nos quer exterminar. Paco Vidarte não nos deixa esquecer que,

Desde pequeninos jogamos em duas frentes e habitamos o mundo de modo perverso e cindido, mais ou menos esquizofrênico, criando estratégias de socialização, visibilidade e política muito peculiares e absolutamente inovadoras que cada um tem que inventar individualmente na solidão da infância, mas que somos capazes de reativar e de aproveitar coletivamente (VIDARTE, 2019, p. 31-57).

2 Por uma metodologia acriançada desde os poros de uma vida rebelde que estava lá

Michel de Certeau (1994), implicado com as pesquisas com os cotidianos e com o ordinário desse cotidiano, oferece a quem interessado estiver saber sobre o que se passa em nossos cotidianos para além do que já supomos saber sobre nós, praticando o corpo com gênero e sexualidade, pistas de extrema importância para pensarmos os sujeitos praticantes da vida cotidiana em atos de ler, escrever, conversar, narrar, caminhar, rememorar, performar etc., mu(n)dando-se em operações criativas de produção de mundos e sentidos.

Seguindo seus rastros, os nossos e de tantas outras que circulam entre nós, mirando olhares que vêm de longe, como praticantes de uma vida que não se conforma com o já dito e escrito, compreendemos que um texto, pré-texto, narrativa em si, modos de se dar a ler, distribuídos em

tempos e espaços de sociabilização, não detêm a força que supõem possuir para imprimir a ferro e fogo uma moral para o gênero e a sexualidade.

Em dissidências, negociando (des)aprendizagens, andando pelos meios e nunca sozinhos, produzimos conhecimentos com memórias de escolas que nos permitem pensar Zezinho e a rainha de bateria travesti.

Nesse processo de (des)aprendizagens com Zezinho e a rainha de bateria travesti, somos todos marcados.

Ninguém está imune às forças da norma de gênero e sexualidade.

Não estar imune significa dizer também que compomos resistências na arte de aparecer. O que nos parece é que essas marcas nos atingem de modos diferentes. Não seria diferente! Afinal, somos singularidades. E é por isso que as práticas educativas, afeitas à norma, buscam reiterar, todos os dias, as histórias que buscam esconder os sistemas de opressões que capturam nossas subjetividades.

Nos querem iguais! Quanto mais acreditamos nas histórias que nos dão a ler e a escrever em práticas de leitura e escritas, mais efeitos elas produzem.

Não se sabe como, mas, na arte do existir na diferença, uma multidão de crianças desconfia e zomba dessas histórias. Por isso é que o corpo marcado se faz território de (re)escritas e (re)leituras de si.

Zezinho, na cena da escola com a professora e o carnaval, no ensinou sobre isso. Com ele, aprendemos que os modos de escrever e se dar a ler, processos (des)aprendentes com suas tintas e forças, nos desenham em subjetividades que vão nos dizendo desde crianças o que e quem pode compor os atos de leitura. Carnaval pode. Apito pode. Cuíca pode. Tambor pode. Rainha de bateria pode. Travesti não pode.

Com o que pode e com o que não pode, vamos pelo meio e por cima, aprendendo a ler e escrever, nos lendo e nos escrevendo.

Somos, como Zezinho e sua professora, efeitos e porosidades desses processos de leituras e escritas. Logo, somos textos e porosidades marcados com os efeitos e a materialidade dessas forças que nos dizem o que pode e o que não pode, quem pode e quem não pode. Somos, em práticas de leitura e escrita, corpos-território, textos e pretextos.

Tomar o corpo como território de escrita e leitura, rabiscos e rasuras, é desejá-lo como um palimpsesto.

Camila Bastos Bacelar (2020), pensando o corpo como texto, território, efeito de forças, nos diz que, por essa via, se faz operar “uma permanente escritura de si orientada para uma autonomia experimental corporal” (BACELAR, 2020, p. 322).

No corpo, como palimpsesto, na fronteira entre os modos de ler e escrever, as lógicas binárias que organizam o mundo entre oprimidos e opressores não se explicam. Essa chave de leitura pode enfraquecer a força do corpo, seus processos de resistência e criação à medida em que espera a chegada do grande líder, forasteiro, príncipe, e do bom político, comprometidos com o direito à diferença, a vir nos salvar. Não queremos ser salvas.

Nas dissidências com o corpo, gênero e sexualidade⁶, aprendemos, lendo os textos da norma, a desconfiar desses salvadores.

O salvador tende a desejar ocupar um lugar sagrado. Precisamos destronar o sagrado, destronando o corpo, o gênero e a sexualidade. O sagrado, seguindo os modos modernos e coloniais de pensar quais vidas importam, pode contribuir para o extermínio daqueles que, praticando o corpo como texto e pretexto, profanam a sacralidade do corpo, do gênero e da sexualidade.

Na força da metáfora do palimpsesto, não estamos em busca do sujeito da autonomia, da consciência plena e da emancipação como fim. Nos interessam as práticas e os praticantes. Nos interessam as histórias que nos ajudam a adiar o fim do mundo, como nos convoca Ailton Krenak (2020). Nos interessam os corpos rebeldes e seus movimentos aparecendo.

Zeinho soube, em exercício de pesquisa que se faz caminhando, se valer do vazio deixado na aula de sua professora para dar passagem à existência da rainha de bateria e da travesti.

Buscamos, neste artigo, tomar o corpo, palimpsesto, texto e pretexto, como processo que permite atenção para aquilo que aparentemente já estava lá.

O corpo praticado guarda as *estranhezas e anormalidades* do tempo. Para Bacerlar,

palimpsesto é um texto que foi raspado para que outro texto fosse nele escrito. Porém, ao trazer a imagem do palimpsesto para pensar o corpo não há intenção de afirmar que houve em algum momento um texto original e melhor, pois assim tenderíamos para uma noção monolítica e romântica da cultura como coesa e imutável no tempo. A potência do palimpsesto reside no fato de que ele nos permite entrever num mesmo texto, ou seja, num mesmo espaço, camadas de tempo espiraladas, pois a rasura completa do texto anterior é impossível. Convergem e se justapõem, assim, discursos e temporalidades distintas. Um palimpsesto é feito de incoerências, elipses, emendas, estranhezas e anormalidades. Em um palimpsesto o texto original não nos é dado a conhecer, mas o ato de rasura violento, como no caso das sequelas da colonialidade, não nos passa despercebido. (BACELAR, 2020, p. 321-322.)

Ou seja, assumir a imagem e a materialidade de um corpo como palimpsesto é também pensar os modos de exercer e praticar esse corpo nos entrelaçamentos com o que lemos e nos damos a ler, com o que escrevemos e com o que nos pedem que escrevamos.

⁶ O “com” remete-se à produção de conhecimento sobre si e sobre o mundo sempre no coletivo, nunca sobre si e sobre o outro, mas tecidos com os outros de maneira situada e encarnada (MORAES e QUADROS, 2020).

Um corpo como palimpsesto não se faz apenas da ação do outro.

Um corpo palimpsesto é força, potência e ação. Lendo o corpo, lendo o mundo, nos fabricamos. Nele, corpo praticado, materialidade de histórias e intensidades, nos escrevemos em operações desobedientes, experimentando o mundo e nos experimentando.

Praticando o corpo como palimpsesto, metodologia que se aprende caminhando, não sabemos onde essas operações desobedientes irão nos levar. Exercício de coragem.

Pelo meio e desrespeitando fronteiras, seguimos.

Somos efeitos de histórias inconformadas e, em nossos inconformismos, potência de dizer não, principalmente para o gênero e sexualidade; nos tornamos atravessados por outros desejos, herdeiros das normas de gênero e sexualidade. O que herdamos dessas histórias que fazem boi dormir e bicho papão sair do telhado é convite para que se aconcheguem na profanação de nossas existências. Profanando o corpo das histórias, fazemos carícias na barba branca do bicho papão, colocamos boi bravo para correr e nos aventuramos pela floresta na companhia do lobo mau.

Despregueando-nos: concluímos convocando

Reconhecemo-nos como palimpsesto, corpos marcados, rainhas de bateria e travesti, professoras, crianças em dissidências, território fissurado, em que buscamos apostar e também inventar, porque somos criativas e terroristas das normas, num modo de ler e escrever que nos toma e nos faz deslocar pelo meio, pelas beiradas, pelas dobras, pelas pregas e pelo centro de nossos mundos, na tentativa de nos dar a ler de outros lugares menos afeito às práticas colonizadoras/alfabetizadoras que se fazem pelas cabeças do mundo.

Não é do andar de cima que falamos, escrevemos, lemos e nos fazemos ocupantes de nossos corpos.

Ocupando nossos corpos desde seu centro, requeremos, assim como Zezinho, outras possibilidades de existir em gênero e sexualidade desde as práticas de leituras da escola. Nesse sentindo, não nos parece que devemos insistir em alfabetizar pelos jogos de encaixe coerente entre nome e imagem.

Talvez, na produção de outros mundos e modos de ler e escrever, precisemos dar passagens a buracos que foram interditados. Talvez, nesse momento, precisemos fazer outras coisas com nossos modos de ver, ouvir e falar. Talvez seja necessário, em práticas de alfabetização com as vidas que importam, descolonizar⁷ o próprio corpo.

⁷ Utilizamos o termo descolonial, em vez de decolonial, por denotar a perspectiva defendida por Catherine Walsh (2009), em que não se trata de desfazer ou reverter o colonial (o que implicaria no uso do “des”), mas sim provocar uma luta contínua de transgredir e in-surgir na direção de construções alternativas de existir.

E nessa prática que se faz decolonizadora com o corpo, desde o corpo, o cu, por nos igualar, porque por ele desaparecem as marcas de gênero e sexualidade, nos parece central.

Se um texto pode errar seu alvo, como aqui buscamos inferir com a história de Zezinho na escola, com a professora e a travesti rainha da bateria, bem sabemos que ele também pode ser usado como estratégia de controle da população.

As pessoas buscam espaços formativos e criativos para si e para o outro que extrapolam os espaços institucionais.

Não precisamos da autorização governamental para narrarmos!

Professoras inventam histórias. Pais, mães e cuidadores inventam histórias não autorizadas pela polícia da moral e dos bons costumes. Crianças inventam histórias.

Por sabermos da força das histórias nos processos educativos, contamos histórias.

E é por isso que algumas crianças, como Zezinho, reivindicam o direito de serem narradas em suas dissidências. Essas crianças, dissidentes das normas de gênero e sexualidade, querem se ver e se sentir qualificadas nas narrativas impressas, acessível nas estantes das livrarias, nas escolas e em nossas casas.

Com Zezinho e sua história, história que é de todos nós, aprendemos que quanto mais oferecemos narrativas plurais às crianças, mais confiantes ficamos com o direito de presença e aparecimento. Narrativas plurais permitem alfabetização em muitas línguas, fazem a língua gaguejar.

O mundo de Zezinho não cabia na escola, ainda assim, estava lá.

Acolhermos narrativas plurais e dissidentes na escola significa nos comprometermos com o direito à vida em sua/nossa diferença.

E que Zezinho, sua professora, a rainha de bateria que é travesti possam continuar encontrando passagens em nossas pesquisas, para nos contar outros modos de alfabetizar, ler e escrever.

Through the folds of reading and writing: children, literacy and decolonization of the body, gender and sexuality

Abstract: This text proposes to take the act of reading and writing, especially played by children, as a power to invent worlds that are more suited to strangeness and estrangement, from epistemic perspectives that dissent from the norms of gender and sexuality. From images and scenes collected from collective memory records about literacy practices and literature, the inscriptions in the codes of the norm of the act of reading and writing of literacy are shifted in which written language and reading are framed in modes of being and existing, for decolonial perspectives of knowledge and the body in which the ass is the device that invites the expansion of the practices of reading the world. Finally, it is suggested to think of education as a space for the invention of worlds and possibilities of existing in which literacy surpasses normalizing practices and takes place in anthropophagic curriculum and from anal policies.

Keywords: Literacy, Childhood, Gender, Sexuality, Body

Referências

- BACELLAR, C. B. À beira do corpo erótico decolonial, entre palimpsestos e encruzilhadas. In: **Pensamento feminista hoje: sexualidade no sul global**. HOLLANDA, H. B. de. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020, p. 315-329.
- BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CERTEAU, M. **A invenção do Cotidiano 1**. Artes de fazer. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COLLODI, C. **Pinóquio**. Trad. Edith Negraes. São Paulo: Hemus Editora, 1985.
- HOCQUENGHEM, G. **A contestação homossexual**. São Paulo. Brasiliense, 1980.
- MORAES, M. O.; QUADROS, L. C. de T. Ciência no feminino e narrativas de pesquisa: PesquisarCOM e a artesanaria na pesquisa. **Pesqui. prá. Psicossociais**. São João del-Rei, v. 15, n. 3, set., 2020, p. 1-14.
- PELÚCIO, L. Histórias do cu do mundo: o que há de queer nas bordas? In: **Pensamento feminista hoje: sexualidade no sul global**. HOLLANDA, H. B. de. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020, p. 287-301.
- PRECIADO, B. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas da identidade sexual**. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- PRECIADO, P. B. **Testo Junkie: sexo drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- RUBIN, G. **Políticas do sexo**. Trad. Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- SAEZ, J.; CORRASCOSA, S. **Pelo cu: políticas anais**. Trad. Rafael Leopoldo. Belo Horizonte: Letramento, 2016.
- VIDARTE, P. **Ética bica: proclamações libertárias para uma militância LGBTQ**. Trad. Pablo Cardellino e Maria Selenir Nunes dos Santos. São Paulo: n-1 edições, 2019.
- WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época**. Universidad Andina Simón Bolívar, Quito: Ediciones Abya-Yala, 2009.